

**DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA
DE TODOS OS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR**

1- O candidato deverá encaminhar toda documentação de acordo com sua composição informada. Relação de Documentos Mínimos para Comprovação de Renda Familiar

IDENTIFICAÇÃO		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
Todas as pessoas do grupo familiar a partir dos 18 anos	Documento de identidade (RG)	
Todas as pessoas do grupo familiar a partir dos 18 anos	Cadastro de Pessoa Física (CPF) Caso o número do CPF conste no documento de identidade a apresentação desse documento não é necessária	
Todas as pessoas do grupo familiar menores de 18 anos	Certidão de Nascimento ou RG	
Em caso de pais/responsável legal ou cônjuge falecido	Certidão de Óbito	
Para pais/responsável legal ou candidato(a) separado	Certidão de Casamento com sentença completa de divórcio	
Para pais/responsável legal ou candidato(a) separados sem legalização	Declaração de Separação não legalizada	Declaração Anexo I
Para pais/responsável legal ou candidato(a) que nunca se casaram oficialmente	Declaração de união estável	Declaração Anexo II
Para todos os casos em que há extensão do grupo familiar e para situações em que os responsáveis não sejam os pais biológicos	Sentença judicial que comprove a guarda, a tutela ou a curatela, para casos de ampliação do grupo familiar Obs: 1 - Considera-se como ampliação do grupo familiar a incorporação de outras pessoas como: primo, sobrinho e outros que passaram a integrar o grupo familiar 2- A indicação de outros familiares, deverá ser devidamente comprovada, pela entrega da documentação descrita	

	neste edital de acordo com a faixa etária e a situação de renda	
--	---	--

2- O candidato que resida sozinho ou com outros familiares, mas que dependa economicamente de sua família de origem deverá apresentar a documentação indicada, tanto de sua família de origem quanto das pessoas com quem reside.

2.1- O candidato maior de 18 anos, que resida com outras pessoas que não sejam seus pais ou cônjuge, deverá apresentar a fotocópia do comprovante de residência ou declaração Anexo III, confirmando residência no mesmo endereço ou declaração Anexo IV, explicativa da moradia.

2.2- Para a comprovação de renda do candidato e de cada membro do grupo familiar, maior de 18 anos (ou menores de 18 anos que exerçam atividade remunerada) deverá apresentar a documentação, conforme especificação abaixo:

RENDA		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
Todas as pessoas do grupo familiar a partir de 18 anos Caso algum menor de 18 anos já exerça atividade remunerada e possua a CTPS deve apresentar as páginas solicitadas	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) Páginas da foto, dos dados pessoais, páginas de Contrato de Trabalho (último contrato de trabalho assinado e da próxima em branco) e Anotações Gerais, quando houver. Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco. Documento obrigatório todos os membros da família maior de 18 anos mesmo aqueles que nunca tiveram registro na carteira	Caso o documento tenha sido perdido/roubado deverá ser apresentado obrigatoriamente o CNIS (https://meu.inss.gov.br/central/index.html)
Todas as pessoas do grupo familiar que receberam remuneração de trabalho assalariado	Contracheques referentes aos 3 últimos meses	Os contracheques devem ser de todos os vínculos trabalhistas
Desempregados recentes (até seis meses):	Cópia das seguintes páginas da carteira de trabalho e previdência social (CTPS): identidade e qualificação civis, contrato de trabalho com a próxima página em branco, alterações salariais com a próxima página em branco e anotações gerais com a próxima página em branco. Cópia da rescisão de contrato ou da comunicação de dispensa e cópia do comprovante de recebimento de seguro-desemprego. Obs: Caso todo o grupo familiar apresente ausência de renda, esta deverá ser devidamente comprovada, como também, o candidato deverá apresentar declaração V, informando o tempo que a família se	

RENDA		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
	encontra nessa situação e como tem suprido suas necessidades financeiras. Como também, apresentar toda a documentação exigida no presente edital para a avaliação da renda do seu núcleo familiar.	
Para os trabalhadores do mercado formal (celetistas e servidores públicos):	contracheques dos 3 últimos meses. Cópia das seguintes páginas da carteira de trabalho e previdência social (CTPS): identidade e qualificação civis, contrato de trabalho, alterações salariais e anotações gerais. Se a Carteira tiver os dados preenchidos, apresentar a próxima página em branco.	
Para famílias beneficiárias e/ou cadastradas em Programas Sociais / Candidatos que POSSUEM Cadastro Único (CadÚnico):	Apresentar a FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO – V7 que apresenta número de Identificação Social-NIS associado ao candidato, a renda per capita familiar e os componentes do núcleo familiar. Caso não tenha a Folha Resumo Cadastro Único – V7 o candidato poderá emitir uma via em Consulta Cidadão - Cadastro Único. OBS: Mesmo apresentando o CADÚnico, o candidato deverá apresentar toda a documentação solicitada para avaliação da renda do seu núcleo familiar.	
Para aqueles que nunca exerceram atividade remunerada (incluindo donas de casas e estudantes maiores de 18 anos):	cópia das seguintes páginas da carteira de trabalho e previdência social (CTPS): identidade e qualificação civis, contrato de trabalho, alterações salariais e anotações gerais, mesmo se a carteira não tiver contratos assinados.	
Para os trabalhadores prestadores de serviço, cooperativados e/ou contratados temporariamente	contracheques e/ou contrato de trabalho do período trabalho. Se não tiver o contrato de trabalho, apresentar a declaração VI, explicativa com a função, período de trabalho e a remuneração recebida. Cópia atualizada da guia de recolhimento do INSS.	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: meu.inss.gov.br/#/login
Trabalhador autônomo ou profissional liberal	Declaração Comprobatória de Rendimentos - DECORE, dos 3 últimos meses, feita por contador ou técnico contábil inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. No caso de cargos de direção apresentar ainda a cópia do comprovante de pró-labore, dos 3 últimos meses.	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: meu.inss.gov.br/#/login
Todas as pessoas do grupo familiar que	Declaração de Atividade Informal	Declaração Anexo VI

RENDA		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
exercem atividade informal (sem registro em carteira e/ou vínculo empregatício)	Documento obrigatório para todos os trabalhadores informais, inclusive aqueles que realizam atividades esporádicas	
Agricultor, pecuarista, parceiro, arrendatário rural e sitiante: Declaração original da renda mensal expedida por sindicato, associação ou similar	Declaração Anual de Produtor Rural - DAP; Declaração de Imposto Territorial Rural - DITR; Cópia do Cadastro de Imóvel Rural - DP ou do INCRA; Declaração Comprobatória de Rendimentos - DECORE, dos últimos 3 meses, feita por contador ou técnico contábil inscrito no CRC; Cópia da última Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; Notas de produtos comercializados dos últimos 3 meses. Cópia da carteira sindical e contribuição sindical atualizada. Cópia atualizada da guia de recolhimento do INSS	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: meu.inss.gov.br/#/login
Empresário, microempresário e comerciante	Declaração contábil de retirada de pró-labore referente aos 3 últimos meses. Em caso de empresa inativa, apresentar Declaração de Inatividade junto a Receita Federal; cópia da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN/SIMEI); cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica Exercício, Cópia atualizada da guia de recolhimento do INSS.	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: meu.inss.gov.br/#/login
Todas as pessoas do grupo familiar com rendimentos de Aposentadoria, Pensão ou Benefício (Auxílio-doença, Auxílio-acidente, Salário maternidade, BPC) pelo INSS, órgão privado ou regime próprio	Comprovante de recebimento dos últimos 3 meses do benefício de órgão previdenciário privado e/ou público, ou de regime próprio, no qual conste o valor bruto, OU extrato previdenciário onde conste o valor de crédito, identificação e número de benefício. Atenção para o cadastramento de login e senha no site do INSS. Cadastre sua senha pela internet tendo em mãos sua(s) Carteira(s) de Trabalho, RG e CPF. Não serão aceitos comprovantes de saques e extratos bancários	Benefícios pagos pelo INSS: Meu INSS https://meu.inss.gov.br/#/login Órgão privado ou regime próprio de previdência: verificar com o órgão pagador onde está disponível o comprovante deste pagamento
Caso o candidato e/ou outro membro do grupo familiar receba pensão alimentícia	Deverá ser apresentada cópia do contracheque ou de outro documento que comprove o valor da pensão alimentícia dos 3 últimos meses. Na falta destes, deverá ser enviada declaração VII informando o valor bruto mensal recebido, datada e assinada pelo provedor da pensão.	Declaração VII
Caso a família possua bens alugados a terceiros	Deverá apresentar a cópia dos recibos de aluguel dos 3 últimos meses ou outro documento que comprove essa situação. Guia do Imposto Predial e Territorial Urbano	Declaração VIII

RENDA		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
	(IPTU) referente ao ano em questão.	
Da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF)	<p>O candidato e as pessoas do seu grupo familiar que tenham declarado Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) referente ano base 2020, entregue em 2021 à Receita Federal, deverão apresentar cópia de todas as páginas da declaração e do respectivo comprovante do recibo de entrega.</p> <p>Obs: Se o candidato e as pessoas do seu núcleo familiar constarem como dependentes ou cônjuges em alguma declaração de IRPF deverão apresentar a cópia de todas as páginas da referida Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), referente ao ano base 2020, entregue em 2021 à Receita Federal, e do respectivo comprovante do recibo de entrega.</p>	<p>Caso seja isento, deverá acessar o link: http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp e imprimir a tela em que constam o nome completo e a frase: Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal</p>

3- Para comprovação da situação de moradia do candidato apresentar os seguintes documentos:

Moradia		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
Imóvel próprio	<p>Escritura, contrato de compra e venda ou recibo de compra.</p> <p>Se o documento não estiver em nome de uma das pessoas relacionadas em seu núcleo familiar, apresentar, também a declaração IV, explicando os motivos deste fato</p>	Declaração IV
Imóvel próprio em financiamento	<p>Comprovante do financiamento atualizado referente aos meses de dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022.</p> <p>Caso o documento não esteja em nome de uma das pessoas de seu núcleo familiar, apresentar, também, declaração explicando os motivos deste fato.</p>	Declaração IV
Imóvel alugado	<p>Recibo de aluguel referente aos 3 últimos meses. Se o documento não estiver em nome de uma das pessoas relacionadas no seu núcleo familiar, encaminhar, também a declaração IV,</p>	Declaração IV

Moradia		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
	explicando os motivos deste fato.	
Imóvel cedido	Declaração de cessão do imóvel datada e assinada pelo cedente	Declaração IV
Imóvel de posse ou ocupação	Declaração da Associação de Moradores. Na falta desta declaração, anexar a declaração IV informando a situação.	Declaração IV
Residência em hotel, pensão, alojamento ou afins	Recibos de pagamento referente aos 3 últimos meses; na falta destes, declaração IV, informando o local e o valor do aluguel.	Declaração IV
Residência no local de trabalho	declaração do empregador explicando a situação	Declaração IV
Outra situação de moradia	declaração explicando a situação de moradia	Declaração IV

3.1 - A indicação de outros familiares, colaterais ou agregados no grupo familiar deverá ser devidamente comprovada, de acordo com a faixa etária e a situação de renda. Como também, o comprovante de residência.

Moradia		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
Para comprovação de recebimento de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) ou DITR (Declaração de Imposto Territorial Rural)	<p>a) Cópia da guia de pagamento do IPTU ou DITR atualizado, referente aos anos de base 2021 ou 2022 com a identificação do proprietário, endereço do imóvel, e valor do imposto).</p> <p>b) Se não receber a cobrança de IPTU ou DITR: apresentar o comprovante atualizado de isenção de IPTU ou DITR do ano de 2021 ou 2022.</p> <p>c) Se o imóvel urbano ou rural não estiver regularizado na Prefeitura ou no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) apresentar declaração informando esta situação</p>	Declaração IX

	ou documentos que comprovem a espera da regularização.	
No caso do IPTU ou DITR não estiver em nome de uma das pessoas relacionadas no seu núcleo familiar	Apresentar a guia de recebimento e declaração IX, explicando tal situação ou apresentar declaração informando esta situação.	Declaração IX
Para a comprovação de energia elétrica	Deverá ser apresentadas as das contas referentes aos 3 últimos meses. No caso da conta não estar no nome de uma das pessoas de seu núcleo familiar ou na residência não é feita a cobrança de energia, apresentar declaração X, explicando tal situação	Declaração X

DECLARAÇÃO I

DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO NÃO LEGALIZADA

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____ e do CPF _____,
residente e domiciliado (a) na cidade de _____

,Rua _____,
declaro para os devidos fins e sob as penas da lei que estou separado (a) de fato de
_____p
ortador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____
_____, desde _____, não sendo oficializado o fim
da minha relação conjugal.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste documento,
estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos
ou divergentes poderão implicar na reprovação do (a) candidato(a)

_____.

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do(a) Declarante

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF:

Obs: anexar cópia RG das testemunhas.

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO II

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL INFORMAL

Nós, _____,
portador (a) do RG nº _____ CPF nº _____
e, _____,
portador (a) do RG nº _____ CPF nº _____,
residentes e domiciliados na cidade de _____,
endereço _____ bairro _____

declaramos para os devidos fins que convivemos em união estável, não tendo oficializado esta união em cartório. Declaramos, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na reprovação do (a) candidato(a)

Local e Data _____, ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) declarante

Assinatura do (a) declarante

Obs: anexar cópia RG dos declarantes.

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO III

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por _____,
DECLARO, para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei nº 7.115/83, art. 2º, que
o(a) Sr. (a). _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por _____,
é residente e domiciliado no endereço _____
_____.

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

Obs: anexar cópia de uma conta da residência, e o RG do declarante.

DECLARAÇÃO IV

DECLARAÇÃO DE MORADIA

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por _____,
declaro para os devidos fins que resido em imóvel:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Imóvel Alugado | <input type="checkbox"/> Imóvel Financiado |
| <input type="checkbox"/> Imóvel Cedido | <input type="checkbox"/> Resido no local de trabalho |
| <input type="checkbox"/> Imóvel Próprio | <input type="checkbox"/> Outra situação de Moradia |

* Caso se trate de imóvel cedido ou alugado ou residir no local de trabalho, anexar comprovante de residência, e nome do proprietário: _____

Residência e domicílio na rua _____,
n. _____, complemento _____, bairro _____,
Cidade _____, UF _____, CEP _____

Entretanto, declaro não possuir outra documentação para fins de comprovação desta titularidade.

Observações necessárias:

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do (a) declarante

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF:

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO V

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por _____,
declaro para os devidos fins que estou desempregado desde _____.

Acrescento ainda que tenho suprido minhas necessidades financeiras da seguinte maneira:

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO VI

DECLARAÇÃO DE TRABALHO INFORMAL

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por _____,
declaro para fins de comprovação de renda, que exerço atividade informal como

(descrever a atividade), obtendo rendimento mensal de:

Mês 1) _____ R\$ _____,

Mês 2) _____ R\$ _____,

Mês 3) _____ R\$ _____.

OBS: Caso não tenha exercido atividade nos 3 últimos meses, mas em pelo menos um deles,
explique a situação: _____

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO VII

DECLARAÇÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF _____, declaro que recebo a importância de R\$ _____ referente a Pensão Alimentícia no valor de R\$ _____, paga pelo Sr. (a) _____, inscrito (a) no RG sob o nº _____, e CPF nº _____, residente e domiciliado (a) na _____, cidade _____, CEP _____ UF _____ com o qual tenho o grau de parentesco de _____.

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO VIII

DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

Eu, _____ portador (a) do RG _____ e CPF _____, declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, que ALUGO ATUALMENTE o imóvel sito à _____, Bairro: _____, nesta cidade, para o (a) Sr (a): _____, RG _____ e CPF: _____, desde ____ / ____ / ____ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$_____.

Local e Data _____, ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) declarante

Assinatura do (a) contratante

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF:

Obs: anexar cópia RG das testemunhas, e do contratante do imóvel.

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO IX

DECLARAÇÃO IPTU / DITR

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por _____
_____, venho por meio desta declarar , que o _____ (IPTU ou DITR) da
residencia que atualmente moro, **(explicar a situação)** _____

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do(a) Declarante

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF:

Obs: anexar cópia RG das testemunhas.

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

DECLARAÇÃO X

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ expedido por
_____, residente e domiciliado(a) na cidade _____,
na Rua/Av. _____,

nº. _____, Bairro: _____, declaro para os devidos

fins não possuir comprovante referente à conta de energia por motivo de:

Local e Data _____, ____/____/____

Assinatura do(a) Declarante

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF:

Obs: anexar cópia RG das testemunhas.

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante